



UNIDADE

Órgão Oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo



Jornalistas resistem mobilizados à precarização da profissão



De cara nova
Sindicato lança novo site para agilizar comunicação

pág. 10

Unidade entrevista
Laerte Coutinho:
"Sou o que eu queria ser"

pág. 11

Rádio e TV
Empresas querem demolir Convenção Coletiva

pág. 7



SJSP e o leitor

Racismo na Globo

Internauta Urbano Lemos comenta a nota de repúdio do SJSP e da Cojira-SP sobre a declaração racista de William Waack divulgada em vídeo: “Não basta repudiar, não é bem isso que está em debate e, sim, o preconceito racial (considerado crime no Brasil há 28 anos). Às vezes a opinião da emissora/jornal é evidenciada em palavras. Detalhe: o vídeo foi gravado há mais de 1 ano. Discussões à parte, a lei existe e prevê pena de reclusão a quem cometer atos de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. É disso que se trata! Crime, preconcei-

to e personificação de uma emissora. #RacistasNao-Passarao”

Pedro Cardoso e a greve da EBC

O vídeo do ator Pedro Cardoso deixando a gravação do programa “Sem Censura” em apoio à greve dos jornalistas e radialistas da Empresa Brasil de Comunicação viralizou na web e teve ampla repercussão nas redes do SJSP. Sobre o caso, Luciano Cherubini comentou na fan page: “Pedro Cardoso mostrou que a Grande Família dele tem negros, tem trabalhadores que lutam por seus direitos e tem gente que não faz vista grossa para quem desrespeita qualquer um deles. A camisa que ele

veste - e essa sim deveria virar moda nesse país – é a de se importar com o outro, com o coletivo. Como é alentador num Brasil sem representatividade quando uma figura pública se importa e fala pelos outros. O “não” disse muita coisa que precisa ser dita todos os dias, mas não é falada. Com respeito, ele falou de desrespeitos. Ele mostrou que é preciso se importar e se posicionar em qualquer ocasião. Falou sem censura. Falou sem temer. Falou e disse. Foi só a melhor entrevista do dia na televisão brasileira hoje!”

E Eduardo Caldieraro escreveu no Twitter: “Se todos os artistas tivessem os pés no chão como esse cara, nosso país seria outro. Virei fã do homem, pois do artista eu já era”.

UNIDADE

Órgão Oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

Diretoria Executiva

Presidente

Paulo Leite Moraes Zocchi

Secretário Geral

André Luiz Cardoso Freire

Secretária de Finanças

Cândida Maria Rodrigues Vieira

Secretário do Interior e Litoral

José Eduardo de Souza

Secretária de Cultura e Comunicação

Lilian Mary Parise

Secretária de Relações Sindicais e Sociais

Clélia Cardim (Telé)

Secretária de Sindicalização

Ana Flávia Marques da Silva

Secretário Jurídico e de Assistência

Vitor Ribeiro

Secretária de Ação e Formação Sindical

Evany Conceição Francheschi Sessa

Conselho de Diretores

Alan Felisberto Rodrigues, Vladimir Francisco de Miranda Filho, Thiago Cianga Tanji, Ricardo Vital, José Augusto Camargo, Ana Maria Minadeo de Moura, Miche-

le Barros, Priscila Chandretti Vicente Vaz e Edvaldo Antonio de Almeida

Diretores Regionais ABCD

Peter Suzano Silva

Bauru

Sérgio Luis Pais de Oliveira

Campinas

Agildo Nogueira Júnior

Piracicaba

Martim Vieira Ferreira

Ribeirão Preto

José Francisco Pimenta

Santos

Glauco Ramos Braga (licenciado)

São José do Rio Preto

Sérgio Sampaio

Sorocaba

Fabiana Caraméz

Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira

Fernanda Soares Andrade

Oeste Paulista

Tânia Brandão

Conselho Fiscal

Titulares

Rose Nogueira, James Membroes Rúbio e Flávio Carrançã

Suplentes

Raul Antonio Varassin e Sylvio Micelli

Comissão de Registro e Fiscalização (Corfep)

Titulares

Alan Ricardo Covas, Douglas Amparo Mansur e Marlene Bergamo

Suplentes

Solange Aparecida Melendez e Márcia Quintanilha

Diretores de Base

ABCD

Carlos Eduardo Bazilevski, Érica Aragão Peixoto, Manoel Alves dos Santos, Vilma Amaro e Roberto Parizotti

Bauru

Ricardo Epifânio de Santana, Luis Victorelli, Ieda Cristina Borges e Joanna Brandão P. de Andrade

Campinas

Fernanda de Freitas, Marcos R. Alves e Manoel de Brito F. Neto

Oeste Paulista

Altino Oliveira Correia, Everton dos Santos, Sérgio Borges e José dos Reais

Piracicaba

Adriana Ferezim dos Santos, Patricia Moraes Sant'ana Amancio, Paulo Roberto Botão, Poliana Salla Ribeiro e Vanderlei Antonio Zampaulo

Ribeirão Preto

Aureni Menezes, Antonio Claret Gouvea, David Batista Radesca, Fábio Lopes, Nilton Pinat Júnior e Ronaldo Augusto Maguetas

Santos

Carlos Alberto Ratton, Diogo de Oliveira Caixote, Denise Beatriz Neves, Eraldo José dos Santos, Emerson Pereira Chaves, Reynaldo Salgado e Luigi Bongiovanni

São José do Rio Preto

José Luis Lançoni, Igor Sorenti e Jocelito Paganelli, Harley Pacola e Arnaldo de Freitas Vieira.

Sorocaba

Aparecida Vitalina Muniz, José Antonio Rosa e Riana Kelly Pires Martins

Vale do Paraíba

Bruna Briti Vieira Guimarães, Camões Ribeiro do Couto Filho, Nilton Cardim e Vanessa Gomes de Paula.

Comissão de Ética

Denise Fon, Roland Marinho Sierra, Flávio Tiné, Fernando Jorge, Antonio Funari Filho, João Luis Marques, Franklin Valverde, Lúcio França, Rodrigo Sérvulo.

EXPEDIENTE

Diretora responsável:

Lilian Parise (MTb 13.522/SP)

Editora:

Flaviana Serafim (MTb 83.170/SP)

Diagramação:

Maria Dias

Conselho Editorial:

Jaqueline Lemos, Luiz Carlos Ramos, Laurindo Leal Filho (Lalo), Assis Ângelo, Renato Yakabe e Adunias Bispo da Luz.

Impressão: Bangraf - Tiragem: 4.000 Fone (11) 2940-6400

Imagens de capa: Cadu Bazilevski e Flaviana Serafim

Os artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal ou do Sindicato.

Rua Rego Freitas, 530 - Sobrelaja CEP 01220-010 - São Paulo - SP Tel: (11) 3217-6299

sjsp.org.br

unidade@sjsp.org.br

/JornalistasSP

/SindicatoJornalistasSP

Anular a “reforma” trabalhista e resistir ao desmonte da Previdência: 2018 vem aí!

Quando afirmamos, na edição de outubro, que a “reforma” trabalhista significava demolição de direitos conquistados com muitos anos de luta da classe trabalhadora e seria uma das mais terríveis consequências do golpe que levou Temer (PMDB) à presidência, acertamos em cheio. Com pouco mais de um mês de vigência, a “reforma” mostra que é, na prática, a destruição total de direitos e garantias legais à classe trabalhadora, provocando grandes e negativos impactos também nas relações de trabalho dos jornalistas em todo o estado de SP.

A postura patronal na mesa de negociação de RTV - dirigida pela Globo - é a de propor a eliminação de garantias antigas da Convenção Coletiva de Trabalho, como o direito ao quinquênio (acréscimo de 3% nos salários a cada cinco anos), à diária de viagem, às indenizações adicionais na demissão para quem tem mais de 45 anos e no desligamento de quem se aposenta, e de barrar a introdução de proteções nos pontos atingidos pela nova legislação.

Fica clara a falácia na argumentação dos que diziam que, com a “reforma”, se abria o espaço para fortalecer as negociações coletivas. Na prática, não se quer negociar nada e, sem acordo, a Cam-

panha Salarial de RTV avança para janeiro neste difícil cenário (*leia mais na pág. 7*).

A nova realidade impacta, ainda, o ambiente das empresas. A editora Abril demitiu mais de cem trabalhadores (cerca de 15 jornalistas) e, violando a lei que prevê o pagamento das verbas rescisórias até o 10º dia após a demissão, propõe o acerto em 10 parcelas mensais, sem correção, nem garantias. Em setembro, tentou, mas não conseguiu acordo com os jornalistas. Com o fim da homologação obrigatória da demissão nos sindicatos, a editora buscou constranger os demitidos a assinarem o acordo de parcelamento como condição para entrega dos documentos que dão acesso aos depósitos do FGTS, à multa de 40% e ao seguro-desemprego. É assim que as empresas lidam com suas obrigações legais quando se retira a fiscalização direta do Sindicato!

Muitas greves

A redução das garantias legais aponta para o acirramento dos conflitos trabalhistas, pois os assalariados só podem contar com a resistência coletiva. Nos últimos meses, foram diversas greves de jornalistas em todo o estado de São Paulo, que

atingiram a capital e o interior, como nos casos da RAC, em Campinas, e do jornal *Todo Dia*, de Americana. No *Diário de S. Paulo*, contra o atraso de pagamentos, uma greve de 16 dias uniu 90% da redação, impondo um acordo vitorioso com o pagamento dos atrasados e a garantia de emprego. Contudo, poucas semanas depois, a empresa já voltou a atrasar... (*saiba mais nas págs. 6 e 7*).

Na Campanha Salarial nacional da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), houve uma grande greve que levou a empresa a renovar o Acordo Coletivo mantendo os direitos, mesmo com reajuste 0% (para uma inflação abaixo de 2%), com intermediação do Tribunal Superior do Trabalho. Foi um movimento importante, pois enfrentou diretamente ao governo Temer.

Coragem e ímpeto marcaram a paralisação por mais de 24 horas dos jornalistas do portal R7, da Rede Record, no último 30 de novembro, em protesto contra a alteração arbitrária da escala de fim de semana e sem qualquer contrapartida! A reação espontânea foi paralisar o trabalho até o dia seguinte, e o apoio do Sindicato foi imediato. Na negociação para encerrar a greve, a Record se comprometeu a negociar a escala antes de janeiro, mas dias depois

traiu vergonhosamente a palavra dada, cancelou a negociação e demitiu quase 30 jornalistas! Mesmo com as mudanças na lei, o Sindicato conseguiu levar a empresa à Justiça, em tempo recorde, por prática abusiva de demissão coletiva e o caso vai a julgamento. Também na Justiça trabalhista haverá um longo embate em torno das mudanças legais.

O enfrentamento ao retrocesso e à destruição de direitos vai além de nossa categoria. No fundo a questão é política, e aponta para o fim do governo Temer e para a anulação das medidas tomadas sob a batuta de um Executivo golpista e ilegítimo. Por isso, nosso Sindicato, junto com a CUT, continua coletando adesões para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) pela revogação da “reforma” trabalhista e está pronto para dar todo apoio à greve geral se botarem para votar o desmonte da Previdência. Vivemos um momento crítico e decisivo, no qual o fortalecimento do Sindicato como instrumento de organização e resistência coletiva é o único instrumento para garantir o futuro da nossa profissão e do bom jornalismo.

Direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSJP)

Jornalistas no alvo das redes sociais

Sindicato e categoria definem medidas contra a intimidação e perseguição dos profissionais por “haters” na internet

A liberdade de imprensa está em jogo na internet desde que os jornalistas se tornaram alvo de perseguições, intimidação e censura nas redes sociais. Por isso, o Sindicato dos Jornalistas vai acompanhar os casos dos profissionais vítimas de ataques por “haters” - os odiadores que atuam nas redes - além de contatar e cobrar medidas das empresas de comunicação.

A entidade também se comprometeu a analisar os regulamentos internos das empresas com o intuito de conferir a legalidade de normas como a proibição de que os jornalistas se manifestem politicamente em suas redes, bem como a conformidade dessas regras com a ética jornalística.



As ações são resultado de uma discussão coletiva e foram construídas em conjunto com a categoria durante o ato-debate pela liberdade de expressão, realizado na sede do Sindicato, no centro paulistano, em 6 de novembro.

O evento teve a participação da jornalista Janaína Garcia, do coletivo “Jornalistas contra o assédio”, e de Diego Bargas, jornalista demitido pela Folha de S.Paulo em outubro por conta da matéria “Comédia juvenil ri de bullying e pedofilia” sobre o filme de Danilo Gentili, publicada após uma entrevista do repórter com o “humorista” e com o diretor Fabrício Bittar.

Jornalista exposto, empresa ileso

Os casos em que os jornalistas são alvos dos haters – em muitos casos incentivados por celebridades, como foi o caso de Gentili em relação à matéria de Bargas – têm se multiplicado no Brasil e, diante da gravidade da situação, o Sindicato resolveu discutir o problema, pois afeta a liberdade de imprensa, coloca em risco o direito da sociedade à informação e o emprego dos trabalhadores da comunicação.

Gentili instigou seguidores – 15 milhões no Twitter e 13 milhões no Facebook – a reagir à matéria escrita por Bargas e, como se não bastassem os ataques pelos fãs do “humorista”, o repórter se tornou pauta de notícias falsas e foi chamado de “militante de extrema esquerda travestido de jornalista” na pá-

gina do Movimento Brasil Livre (MBL).

“As empresas têm como blindar os jornalistas desse ódio? A tendência é piorar e me mandar embora é um ‘cala a boca’ para todo mundo”, disse Bargas. Para o jornalista, é preciso discutir as expressões de ódio nas redes que, segundo ele, são diferentes do direito constitucional de manifestação.

Para Janaína, os jornalistas estão no alvo porque é mais fácil atacar os profissionais do que as empresas.

“Muitos dos xingamentos aos patões quem enfrenta é o jornalista, é a pessoa física que faz a ponte para busca da informação à sociedade. É mais fácil atacar o jornalista e que respostas temos tido das empresas? Não tivemos resposta nenhuma e precisamos do

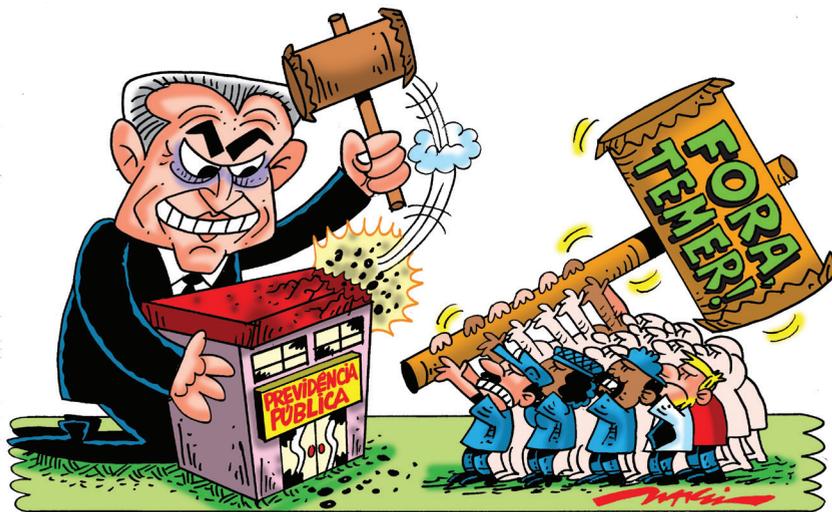
Sindicato para fazer essa ponte e não só para remediar situações, mas para cobrar resposta das corporações”, criticou. Por isso, outra proposta aprovada durante o ato-debate é a elaboração de uma cláusula nas diferentes Convenções Coletivas para tratar do problema.

Na avaliação de Paulo Zocchi, presidente do Sindicato, a determinação das empresas de que o jornalista não pode se manifestar sobre política publicamente, fora do ambiente e do horário de trabalho, precisa ser rejeitada cabalmente. “Não é possível aceitar que a empresa casse o direito de liberdade de expressão de seus profissionais. O jornalista é um cidadão, tem direitos políticos e garantias individuais sem a tutela da empresa”.

Previdência: “reforma” adiada para 2018

Déficit previdenciário é “falácia”, afirma Dieese

Marcio Baraldi



A votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287 para a “reforma” da Previdência Social foi adiada para fevereiro de 2018 depois que os movimentos sociais e sindical foram às ruas em todo o país contra mais essa retirada de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Para os jornalistas, caso seja aprovada, a PEC 287 representa

mais uma perda à categoria já prejudicada com a revogação da Lei 3.529/59, que em 1997 extinguiu o direito à aposentadoria especial com remuneração integral aos 30 anos de trabalho para os homens e aos 25 anos para as mulheres.

Além de reduzir o valor mensal do benefício, aumentar a idade mínima para aposentadoria e ampliar

o tempo de contribuição para os trabalhadores em geral, a proposta do governo golpista de Michel Temer (PMDB) ignora a realidade da vida das mulheres e suas múltiplas jornadas, pois a idade mínima aumenta de 55 para 62 anos. No caso dos profissionais com carteira assinada que fazem parte do regime geral da Previdência, a mudança prevê, ainda, um “pedágio” com regra de transição para os homens com 50 anos ou mais e para as mulheres a partir dos 47 anos, que terão que trabalhar 50% a mais que o tempo que faltaria para aposentadoria.

Segundo a direção do Sindicato dos Jornalistas, há outra especificidade da profissão que torna a PEC 287 ainda mais cruel para a categoria – o avanço da pejotização e outras formas de contratação sem vínculo empregatício formal com as empresas de comunicação e, com a reforma trabalhista, com formas de precarização como o contrato intermitente (aquele no qual o jornalista tem registro em

carteira, mas só recebe quando for chamado para trabalhar e fica sem remuneração garantida).

Segundo Adriana Marcolino, socióloga e técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o déficit da Previdência é uma “falácia”, pois a Constituição de 1988 estabeleceu fontes de financiamento e a Seguridade Social é superavitária.

O que ocorre, afirma a socióloga, é que “parte dos recursos é desviada desde 1989, seja por isenções fiscais ou pela DRU [Desvinculação das Receitas da União] que é uma transferência ao sistema financeiro para pagar os juros da dívida pública. Na mídia, o que há é um déficit construído, bombardeado diariamente, e as pessoas acreditam que o sistema está quebrado por conta desse déficit fictício”, explica.

Para saber como fica sua aposentadoria caso a PEC 287 seja aprovada, acesse a calculadora criada pelo Dieese: www.dieese.org.br

Jornalista, cuidado com a reforma trabalhista!

Diante de qualquer tentativa da empresa alterar as relações de trabalho, não assine nada sem antes procurar orientação do Sindicato

A reforma trabalhista (Lei 13.467) entrou em vigor em 11 de novembro e, como era previsto pela direção do Sindicato dos Jornalistas, não demorou para que os patrões começassem a aplicar a nova legislação de acordo com os interesses das empresas de comunicação.

Na ânsia pela aplicação da lei, as empresas estão desrespeitando, inclusive, o tão propagado “negociado sobre o legislado”, pois querem rasgar direitos já garantidos nas convenções e acordos coletivos, além de impor novas condições de trabalho sem diálogo com os profissionais e com o Sindicato.

Após uma semana de vigência da reforma, o Estadão quis implantar um banco de horas por acordo individual sem discussão prévia, e o Sindicato convocou uma assembleia extraordinária com os jornalistas. Um ano antes da lei, a direção do

jornal já havia tentado implantar um sistema de controle de jornada que descumpra a legislação trabalhista e, com a união do Sindicato e os profissionais, a medida não se efetivou.

A reforma também já impacta a negociação da Campanha Salarial de Rádio e TV 2017-2018 (*leia mais na página 7*) e, logo na primeira rodada, os empresários propuseram a retirada de cláusulas econômicas e sociais da Convenção Coletiva vigente, e rechaçaram a inclusão de outros pontos reivindicados para proteção dos jornalistas diante da nova lei.

Por isso, a orientação é de que o Sindicato seja prontamente comunicado nos casos a seguir. Assim, será possível prestar todo apoio e orientação necessários ao profissional e, dependendo do caso, contatar a empresa e/ou tomar as medidas cabíveis juridicamente.

1 - Diante de qualquer alteração nas relações de trabalho a ser feita por escrito, com anuência do jornalista, não assine nada. Faça uma cópia da proposta, peça um tempo para pensar e entre em contato o Sindicato;

2 - Caso a empresa obrigue a assinar alguma alteração no contrato de trabalho e você não consiga se opor, escreva “ciente” no documento, assine, leve uma cópia e contate o Sindicato;

3 - Se houver qualquer comunicado interno de mudança nas relações de trabalho (relativo à jornada de trabalho, férias, escalas, banco de horas etc) faça contato com o Sindicato imediatamente;

4 - Em caso de demissão pela empresa, assine apenas o “comunicado simples de demissão”, escrevendo “ciente”. Qualquer outro documento estabelecendo condições para a demissão NÃO deve ser assinado e o Sindicato deve ser avisado de imediato para prestar a orientação correta;

5 - Nos casos em que ocorrer qualquer demissão de vários jornalistas, peça apoio imediatamente ao Sindicato.

Confira nossos canais de contato:
Fone: (11) 3217.6299 - **Whatsapp** (11) 99300.1382
E-mail: jornalista@sjsps.org.br

Greves e protestos marcam resistência à precarização no jornalismo

No primeiro mês da “reforma”, categoria reage e se mobiliza contra o desrespeito aos direitos trabalhistas

Os jornalistas cruzaram os braços, fizeram greves e protestos no Diário de S.Paulo, na Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e no portal R7. As mobilizações marcam o último trimestre do ano e expressam tanto o descontentamento da categoria diante da retirada de direitos quanto a disposição de luta e de resistência contra a precarização da profissão, sobretudo em tempos de reforma trabalhista que vigora desde 11 de novembro.

No Diário de S.Paulo, foram 16 dias de greve entre 10 e 26 de outubro, quando 17 dos 22 jornalistas (dos quais apenas sete com registro em carteira, os demais todos Pessoa Jurídica) decidiram paralisar as atividades numa greve legal depois de dois anos enfrentando frequentes atrasos de pagamentos de salários, benefícios e férias, além do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que a empresa não deposita desde 2014.

Mesmo sem um representante do Sindicato dos Jorna-



Diário de São Paulo: 16 dias de greve contra atraso de salários

listas na redação, os profissionais tiveram todo o apoio da entidade, e mantiveram a organização e a união durante toda a greve, que terminou com a conquista de um acordo judicial no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2-SP), na capital paulista. Na sentença, o TRT2-SP estabeleceu um cronograma para quitação dos pagamen-

tos atrasados, garantiu três meses de estabilidade aos grevistas e multa em caso de descumprimento do acordo.

Mesmo sem um representante do Sindicato dos Jornalistas na redação, os profissionais tiveram todo o apoio da entidade, e mantiveram a organização e a união durante toda a greve, que terminou com a conquista de um acor-

do judicial no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2-SP), na capital paulista. Na sentença, o TRT2-SP estabeleceu um cronograma para quitação dos pagamentos atrasados, garantiu três meses de estabilidade aos grevistas e multa em caso de descumprimento do acordo.

Parte dos débitos atrasados foi regularizada até o início de novembro, mas no dia 20 do mesmo mês, quando o adiantamento salarial deveria ser normalizado, a direção do jornal descumpriu o acordo, voltou a atrasar os pagamentos e demitiu um dos jornalistas com direito de estabilidade. Por isso, os profissionais cruzaram os braços novamente entre os dias 1º e 4 de dezembro, retornando ao trabalho depois que o Sindicato tomou as medidas judiciais cabíveis para cobrar a empresa no TRT2-SP.

Até o fechamento desta edição, os trabalhadores e trabalhadoras aguardavam nova audiência para o julgamento da direção do Diário pelo descumprimento do acordo.

Jornalistas e radialistas fecham acordo na EBC

Categorias garantiram a manutenção da maioria das cláusulas do Acordo Coletivo, mas tiveram que abrir mão do reajuste de salários e benefícios

Na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), os jornalistas e radialistas cruzaram os braços entre os dias 14 e 26 de novembro nas praças de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Maranhão. A greve foi o único caminho para preservar o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) na Campanha Salarial 2017-2018 e enfrentar a intransigência da direção da EBC que, após nove rodadas de negociação, persistia em ampla retirada de direitos e reajuste salarial de 0%.

O dissídio foi a julgamento no Tribunal Superior do Trabalho (TST) e, com intermediação do ministro Emmanoel Pereira, os trabalhadores e trabalhadoras fecharam o novo ACT, homologado em 13 de dezembro.

Com a mobilização, as categorias conseguiram manter diversas cláusulas que a EBC queria excluir do acordo, entre as quais os vales cesta alimentação extras, pagos somente em junho e dezembro e que representam

um total de R\$ 2.114, além do auxílio creche, do seguro de vida e do auxílio às pessoas com deficiência.

Em contrapartida, os jornalistas e radialistas tiveram que abrir mão do reajuste de 1,83% sobre os salários e benefícios para reposição da inflação. Também aceitaram a readequação pontual de algumas cláusulas por conta da reforma trabalhista, como a homologação de demissões nos sindicatos que deixou de ser obrigatória com a nova legislação.

Flaviana Serafim

R7: demissões após greve vão a julgamento

TRT proibiu mais demissões no portal até a decisão judicial, e Sindicato luta pela reintegração dos jornalistas



Cadu Bazilevski

Sindicato e jornalistas reunidos no tribunal

Os jornalistas do portal R7 fizeram greve nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro depois que a empresa comunicou que a escala de plantão de final de semana será alterada de 3x1, ou seja, de um final de semana trabalhado para três de folga, para 2x1, com dois fins de semana trabalhados para somente um de descanso e sem qualquer contrapartida.

A medida arbitrária revoltou os profissionais que só voltaram à redação após a direção da Rede Record ter se comprometido a negociar a alteração. Durante a paralisação, o Sindicato dos Jornalistas tentou negociar a mudança, mas a direção da empresa não recebeu os sindicalistas.

Logo após a volta ao trabalho, na tarde de 01/12, a

Record demitiu três editores e um repórter que participaram da greve e, em 15/12, numa represália aos demais grevistas, a empresa demitiu cerca de 20 jornalistas do portal alegando “reestruturação”. O Sindicato imediatamente tomou as medidas cabíveis judicialmente e o dissídio teve audiência de conciliação em 19/12, no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2-SP), no centro da capital.

A audiência terminou sem acordo quanto à reintegração dos demitidos reivindicada pelo Sindicato, mas o TRT2-SP deu prosseguimento ao processo e as demissões vão a novo julgamento após o final de janeiro. Na decisão, o tribunal manteve uma liminar proibindo a Record de fazer mais demissões no portal R7 e determinou que a empresa negocie a mudança de escala em reunião com o Sindicato agendada para 11 de janeiro.

Resistência no interior e litoral

Fora da capital, os jornalistas também seguem lutando e mobilizados por seus direitos. Em Campinas, os profissionais da Rede Anhanguera de Comunicação (RAC), que publica o Correio Popular, fizeram greve em 8/12, cansados dos frequentes atrasos de pagamentos de salários e benefícios que enfrentam há dois anos na empresa. A RAC está descumprindo o acordo judicial para quitação dos débitos e, além de salários, benefícios e férias, o 13º também está em atraso. Até o fechamento desta edição, a decisão era de que, caso a RAC continue os atrasos, os trabalhadores voltam a cruzar os braços.

No TodoDia, de Americana, a direção do jornal também descumpriu o acordo judicial para quitar salários e informou que não vai pagar 13º em 2017, o que fez com que os jornalistas também entrassem em greve. Como houve demissão de cinco profissionais após a paralisação, o Sindicato está tomando as medidas judiciais cabíveis para reintegração dos demitidos e para que o jornal cumpra o acordo.

Rádio e TV: defesa de direitos e reposição de perdas são prioridade

Nas quatro rodadas de negociação ocorridas em novembro e dezembro na Campanha Salarial de Rádio e TV 2017-2018, o foco da bancada dos jornalistas foi a defesa das cláusulas já existentes na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria para preservar as garantias construídas pelos profissionais ao longo de anos, bem como a reposição das perdas sofridas nos salários e benefícios porque o reajuste do período entre 2014 e 2016 ficou abaixo da inflação.

Os empresários propuseram reajuste salarial de 2,5%, percentual que repõe a inflação de 1,95% (INPC) acumulada desde a última base, em 1º de dezembro, com 0,5% de aumento real. Contudo, a

proposta patronal está distante dos 5,7% de perdas acumuladas nas campanhas anteriores. Por isso, na quarta rodada, em 18 de dezembro, os jornalistas reivindicaram a reposição das perdas em duas vezes, com reajuste dos itens da pauta econômica em 2,5% neste ano e mais 1,95% em 2018, contraproposta que está em avaliação pelos patrões.

A manutenção da CCT é outra prioridade, pois os empresários estão se aproveitando da reforma trabalhista para promover uma ampla retirada de direitos da convenção, entre os quais: o fim quinquênio, que corresponde ao acréscimo de 3% do salário a cada cinco anos; a substituição da diária de viagem por controle da jornada com pagamento

simples da hora extra; a possibilidade de indenizar e demitir a jornalista após a licença-maternidade, acabando com a estabilidade da gestante; fim da estabilidade provisória e do salário adicional a quem se aposentar.

Além de querer retirar direitos da CCT, os empresários também não aceitam a inclusão de novas cláusulas, como barreiras à terceirização ou ao trabalho intermitente (aquele pelo qual o assalariado é registrado em carteira, mas, se não for chamado ao trabalho, não ganha nenhuma remuneração). As rodadas continuam nos dias 8 e 16 de janeiro, e as informações atualizadas da campanha estão disponíveis no www.sjsp.org.br.

Jornalistas apontam caminhos para maior equidade racial nas empresas

Propostas debatidas em seminário incluem censo, cláusula de combate à injúria racial e cotas nas redações



Sonia Mele

Jornalistas no seminário que debateu a questão racial na profissão

Num país em que a maior parte da população é negra (51%, segundo dados do IBGE), só 22,4% dos jornalistas que têm postos formais (87.869) são negros, segundo levantamento

do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) com dados de 2015. O estudo aponta que em São Paulo esse percentual é ainda menor, chegando a 14,9%

dos 26.178 jornalistas. Para tentar reverter esse quadro, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, por meio da sua Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira SP), realizou em setem-

bro um seminário que indicou ações concretas para aumentar a equidade racial nas empresas jornalísticas.

A oficina em que as propostas foram formuladas foi conduzida por Maria Aparecida Bento, diretora-executiva do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert). Entre as proposições aprovadas durante o seminário estão: mapear quantos jornalistas negros existem nas redações e assessorias (onde estão, em que cargos, recorte de gênero e regime de contratação); elaboração e inclusão de cláusula de combate à injúria racial nas convenções e acordos coletivos; e estabelecimento de cotas mínimas de 30% de jornalistas negros e negras entre os contratados. “É importante construir essa diretriz porque isso vai balizar as ações da entidade daqui para frente”, destaca a diretora do Ceert. As novas diretrizes apontadas no seminário devem agora se transformar em propostas a serem negociadas com as empresas jornalísticas.

Invisibilidade e desigualdade

Durante o seminário, a jornalista e integrante da Cojira-SP, Juliana Gonçalves, lembrou que a comissão nasceu em setembro de 2001 com propósito de diminuir as distorções nas pautas relacionadas à temática racial e de aumentar a presença dos jornalistas negros nas redações, chamando a atenção para a relação existente entre as duas proposições. “Os postos de trabalho são muito embranquecidos. Isso gera uma invisibilidade do negro e o branco como modelo universal de humanidade”, afirmou.

Já Ivone Silva, presidenta do Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e região, ressaltou que a discussão sobre igualdade de oportunidades começou a ganhar destaque nas pautas de negociação da categoria em 2001. Naquele momento, começava a ser discutida a inclusão do fim das discriminações nos salários e ascensão profissional de mulheres, negros, gays, trans e pessoas com deficiência. As ações começaram a surtir efeito nos últimos anos. O Censo dos Bancos aponta que há presen-

ça de negros nas instituições, porém os negros ainda ganham 87% do salário dos brancos. A situação se repete no comércio, segundo a Diretora do Departamento Social, Previdenciário, de Saúde e Segurança no Trabalho do Sindicato dos Comerciantes de SP, Cleonice Caetano Souza, que também resalta o fato de continuarem menores os salários dos negros.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), representado no seminário pelos pesquisadores Daniel Taquiguthi e Luís

Augusto Ribeiro, informou que em algumas categorias as empresas com mais de 50 funcionários se comprometem a destinar pelo menos 50% dos postos de trabalho a não-brancos. No entanto, na pesquisa **A Negociação Coletiva de Cláusulas Relativas à Equidade Racial no Brasil em 2015**, realizada pelo Dieese, revelou que em apenas 5,8% das 1.275 mesas de negociação analisadas aparece a cláusula de promoção da equidade racial.

Colaboração de Guilherme Soares Dias, da Cojira-SP.

Rose Nogueira é homenageada no Prêmio Vladimir Herzog

Militante histórica dos direitos humanos e com cinco décadas de profissão, a jornalista recebeu o Prêmio Especial 2017

A entrega do Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos foi marcada por emoção e homenagens na cerimônia da 39ª edição, realizada no último 31 de outubro, no Tucarena, na zona oeste da capital paulista.

No início da solenidade, um resgate histórico da vida de Fernando Pacheco Jordão, que morreu em 14 de setembro. O profissional, ex-diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), é um dos responsáveis por denunciar e desmontar a farsa do "suicídio" de Vladimir Herzog, assassinado sob tortura por agentes da ditadura no Doi-Codi, em 1975.

O Prêmio Especial de 2017 foi concedido à Rose Nogueira, diretora do SJSP que tem na bagagem cinco décadas de profissão e uma vida dedicada à luta pelos direitos humanos no país. Ela começou nos anos 1960 como foca de Hermínio Sacchetta no jornal Shopping News, quando as redações eram masculinas majoritariamente, e foi colega de trabalho de Herzog e Jordão no telejornal "Hora da Notícia", da TV Cultura.



Cadu Bazilevski

Pioneira da profissão, Rose Nogueira é memória viva do jornalismo

Por apoiar a Aliança Libertadora Nacional, do líder Carlos Marighella, Rose acabou presa em 1969, um mês após dar à luz ao seu filho único, e foi vítima de tortura. A dor e as agressões fizeram da jornalista uma militante dos direitos humanos, destemida e engajada até hoje.

"Infelizmente, se instalou um golpe no Brasil, um golpe no Es-

tado de direito pelo qual lutei tanto, e meus companheiros também, e penso que nós voltaremos. Trago comigo todas as minhas companheiras de prisão, como a ministra Eleonora Menicucci aqui representando todas, e nós vamos continuar lutando. Voltaremos e venceremos!", ressaltou a jornalista em seu discurso para a plateia lotada.

A premiação especial também

teve duas homenagens póstumas, a primeira foi recebida por Tânia Lopes, irmã do jornalista Tim Lopes, que foi assassinado por traficantes em 2002 enquanto investigava a exploração sexual de menores na favela Vila Cruzeiro, na zona norte do Rio de Janeiro. A segunda foi para Dom Paulo Evaristo Arns, que morreu aos 95 anos, em dezembro de 2016, e o prêmio foi entregue aos sobrinhos do cardeal, Nelson Arns Neumann e Flávio José Arns.

Recorde de inscritos

O recorde de inscrições é outra marca da 39ª edição do prêmio. Foram 634 trabalhos inscritos em seis categorias, maior número desde que a premiação foi criada, em 1979. Os vencedores compartilharam suas experiências e desafios das pautas de direitos humanos numa roda de conversa realizada à tarde, no Tucarena, com os vencedores do Prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão, que premiou estudantes de jornalismo do Brasil inteiro.

Confira os ganhadores

CATEGORIA ARTE

Vencedor

Simanca
"Massacre do Carandiru"
Jornal A Tarde - Salvador/BA

Menção Honrosa

Bruno Nobru, Ciro Barros e Julio Falas
"Ricardo Silva, executado pela PM"
Agência Pública - São Paulo/SP

CATEGORIA FOTOGRAFIA

Vencedor

Fábio Teixeira
Foto de abertura da reportagem "Tiroteios, mortes e invasões dominam o Complexo do Alemão"
VICE - São Paulo/SP

Menção Honrosa

Nelson Antoine
Foto de abertura da reportagem "Prefeitura retira sem-teto de viaduto em SP"
Portal da Band - São Paulo/SP

CATEGORIA ÁUDIO

Vencedor

Claudia Rocha
"Moradores do Moinho falam em rotina de repressão da PM, um mês após morte de jovem"
Ponte Jornalismo - São Paulo/SP

Menção Honrosa

Gabriel Jacobsen e Daiane Vivatti
"Histórias invisíveis"
Rádio Guaíba - Porto Alegre/RS

Menção Honrosa

Hebert Araújo
"Dar à luz a dor"
Rádio CBN João Pessoa - João Pessoa/PB

CATEGORIA MULTIMÍDIA

Vencedor

Angela Bastos, Aline Fialho, Chico Duarte, Felipe Carneiro, Julia Pitthan, Maiara Santos, Ricardo Wolfenbüttel
"Sozinhas: histórias de mulheres que sofrem violência no campo"
Diário Catarinense - Florianópolis/SC

Menção Honrosa

Thiago Reis, Alexandre Nascimento, Alexandre Mauro, Beatriz Souza, Fabíola Glenia, Glauco Araújo, Igor Estrella, Kleber Tomaz, Marcelo Brandt, Mariana Mendicelli, Rodrigo Cunha, Rogério Banquieri, Sávio Ladeira e Wagner Santos
"Mapa da homofobia em SP"
G1 - São Paulo/SP

CATEGORIA TEXTO

Vencedor

Patrick Camporez Mação, Luísa Torre e Marcelo Prest

"Especial Quilombolas"
Agência Pública - São Paulo/SP

Menção Honrosa

Adriana Bernardes e Renato Alves
"Brasília Confidencial"
Correio Braziliense - Brasília/DF

Menção Honrosa

André Borges e Werther Santana
"Cercos aos isolados"
O Estado de S. Paulo - São Paulo/SP

CATEGORIA VÍDEO

Vencedor

Bruno Della Latta, Cláudio Guterres, Nunuca Vieira e Renata Ceribelli
"Quem sou eu?"
TV Globo - São Paulo/SP

Menção Honrosa

Gabriela Pimentel, Domingos Meirelles, Heleine Heringer, Natália Fiorentino
"O inferno de Lidiary"
TV Record - São Paulo/SP

PLURALIDADE

Consciência Negra é dia de luta e de atenção da mídia

Por Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial - Cojira

Sob a palavra de ordem “Contra o racismo e o genocídio, por um projeto político de vida para o povo negro”, foi realizada no último dia 20 de novembro, na cidade de São Paulo, a 14ª Marcha da Consciência Negra. Organizada por uma ampla frente de organizações e personalidades da comunidade negra, a marcha busca no exemplo de resistência do quilombo de Palmares, e de todas as outras experiências de quilombos e revoltas negras de períodos mais recentes, a inspiração para construir um projeto político que tenha no seu centro a conquista de uma vida digna para a população negra deste País.

No Dia da Consciência Negra, o povo negro, e todos e todas que se solidarizam com sua luta contra a opressão, apoiaram e foram às ruas marchar contra o racismo, o genocídio do povo negro, o feminicídio, o machismo, o etnocídio, a lgbtfofia, o racismo religioso, o encarceramento em massa e todas as formas de violência e violação dos direitos humanos - e, claro, contra o golpe e a retirada de nossos direitos.

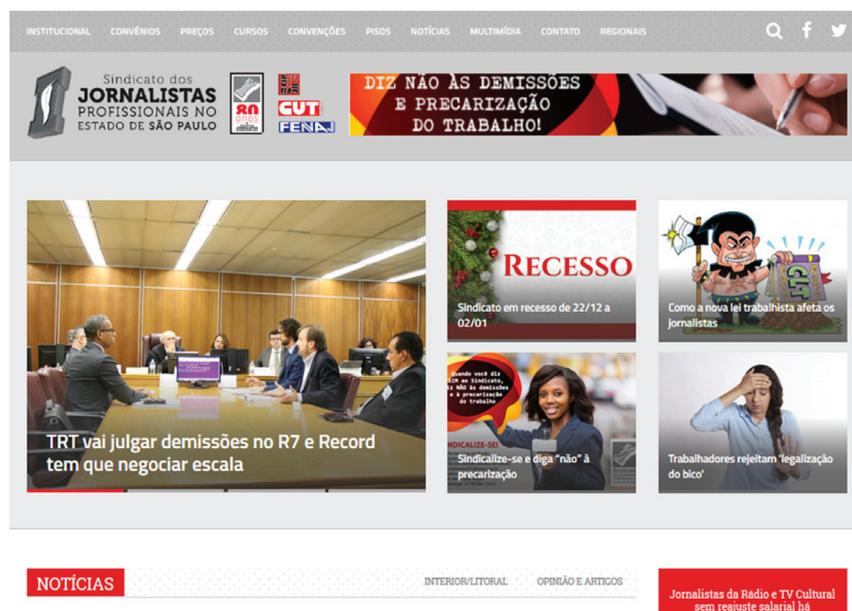
A violência policial nas

periferias, o machismo, o feminicídio e os ataques às religiões de matriz africana são formas de genocídio da população negra. O extermínio não resulta apenas da ação da Polícia Militar, mas decorre também do encarceramento em massa impulsionado por uma política de combate às drogas feita para prender negros e pobres, da negação de oportunidades, da falta dignidade e de direito à vida, além da negligência intencional do Poder Público em políticas de saúde nas regiões ocupadas pelo povo negro.

Para nós, da Cojira SP, e, portanto do Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, tudo isso sugere ser o 20 de novembro pauta obrigatória dos veículos de comunicação. Nossa expectativa é de que os profissionais desta categoria se esforcem para que as demandas e ações do Movimento Negro deixem de ser ignoradas ou ter apenas tímidos registros na grande mídia.

*A coluna visa tratar de questões raciais, de gênero e de identidade no jornalismo. Mande sua sugestão para unidade@sjsp.org.br

O site do Sindicato está de cara nova, acesse!



Em dezembro, o Sindicato dos Jornalistas lançou seu novo site numa plataforma com layout moderno e navegabilidade também nos dispositivos móveis, como celulares e tablets.

A mudança é resultado de um ano de trabalho para desenvolvimento da programação e do visual que vão facilitar o acesso às notícias e outras informações de interesse da categoria, como as convenções e acordos coletivos, além dos serviços prestados pela entidade (emissão de documento de jornalista, assessoria jurídica, convênios e cursos, entre outros). Acesse www.sjsp.org.br e confira as novidades.

De forma simples e rápida, a sindicalização de jornalistas e a pré-sindicalização de estudantes e recém-formados em jornalismo também pode ser feita pelo novo site. Outra facilidade é a integração com as redes sociais, facilitando o compartilhamento de conteúdos. As galerias de áudio, vídeo e fotos completam as novidades.

A nova plataforma acompanha as tendências e inovações tecnológicas adequadas ao perfil da categoria, afirma

Lílian Parise, secretária de Comunicação e Cultura do Sindicato.

“O novo site é mais ágil, dinâmico e com mais conteúdo, sempre com notícias sob a ótica dos e das jornalistas. É um investimento da direção do Sindicato para aperfeiçoar a política de comunicação, garantindo navegabilidade e interatividade com a categoria, que agora tem acesso a novos canais como a publicação de galerias de fotos, áudios e vídeos, além de facilitar as transmissões online de debates e reuniões, dentre outras inovações”, explica a sindicalista.

E as novidades não param no próximo período. Oportunamente, o Sindicato vai implantar outras ferramentas para agilizar a comunicação com os filiados, entre as quais a impressão de boleto da mensalidade dos sindicalizados pelo site.

A direção da entidade também está investindo em ações nas redes e mídias sociais, atualmente os principais meios para aproximar e aprimorar o diálogo com os jornalistas, além de meios estratégicos diante da reforma trabalhista.

Laerte Coutinho: “Sou o que eu queria ser”

Cadu Bazilevski

A cartunista e chargista Laerte Coutinho, 66, fecha 2017 com mais uma entrevista da série com jornalistas sindicalizadas e sindicalizados que fazem a história do nosso jornalismo. Transgênera ou “mulher possível”, como se autodefine, ela se reinventou não só na vida pessoal, mas também na carreira e hoje é entrevistadora na TV, personagem de documentário e até tema de uma tese de mestrado da Universidade de São Paulo que aborda a cobertura midiática dessa transição de gênero. Ao **Unidade**, a Laerte falou sobre suas mudanças, sobre a luta LGBT, sobre a importância do Sindicato e de ser sindicalizada. Acesse a íntegra do bate papo no www.sjisp.org.br.

Como você define esse seu momento de transição? Você é transgênero? É uma mulher social?

Do ponto de vista de gênero, estou cada vez mais tranquila (risos). Sou uma mulher possível, sou o que eu queria ser. Sou uma transição, sou isso, transgênera. Não fiz minha transição, estou fazendo e sei lá quando acaba. O que quero ser é algo que já estou sendo. Não tenho muitos problemas em me afirmar como mulher, ou como uma mulher possível, ou uma mulher em trânsito. Estou no feminino e isso é definitivo para mim.

Isso fez você se engajar na luta e se tornar musa e militante LGBT. Como é participar desse movimento?

Isso já um território um pouco mais preocupante porque tenho feito um processo de conhecimento dessa parte da vida, da questão de direitos. Tenho conhecido muita gente, entrando em contato com aflições e histórias que são um dado novo para mim e tenho procurado agir ecoando essas inquietações todas. Mas não estou em busca de uma solução de setor, não quero conquistas de direitos de nicho,



quero conquistas de direitos universais. Quero que a liberdade de expressão de gênero seja estendida a toda a população, que qualquer pessoa possa se inquietar com o gênero que lhe foi atribuído quando a pessoa nasceu, com o gênero que lhe é imposto.

E o que você diria às pessoas que estão na descoberta dessa transição?

Fico um pouco ressabiada em dar conselhos genéricos, porque essas descobertas se dão de formas muito idiossincráticas. Pessoas me escrevem perguntando “o que eu faço? conto para minha família?”. Depende de como é sua família, de como você está nessa. As pessoas têm idades, condições e contextos diferentes. Eu não saí do armário assim, nem sei se saí do armário totalmente (risos), devem ter uns pedacinhos meus lá dentro ainda. E por que isso? Porque certas histórias implicam em riscos maiores e o meu movimento foi, relativamente, de poucos riscos. Corri alguns riscos, lógico, mas foram mais ou menos calculados. Eu sabia com quem estava contando, em que ponto estava minha vida pessoal, familiar, afetiva, profissional, e fiz meu movimento contando com

coisas que achava que podia contar. De modo geral tudo funcionou, recebi apoio, afeto, fui acolhida. Poderia não dar certo, mas deu. Acho que fiz uma boa análise, mas não é assim com todo mundo. Pessoas botam em risco coisas muito graves quando seguem a sua verdade, quando procuram se fazer expressar da forma mais autêntica e mais verdadeira possível.

Para você que sempre foi colaboradora do sindicalismo, do próprio Sindicato dos Jornalistas, como avalia o movimento historicamente?

Não me sinto autorizada para fazer análises. Minha parceria e colaboração com o movimento sindical brasileiro não se deu sem interrupções. Durante boa parte da década de 1990 eu não queria nem saber e talvez parte do movimento sindical também não estivesse a fim disso. O movimento sindical, historicamente, tem idas e vindas, erros e acertos. Acho que houve um momento muito impressionante, muito energético, que foi o final dos anos 1970 - isso do meu ponto de vista de participação. Então, para fazer uma análise do movimento sindical, eu teria que fazer uma análise da minha vida pessoal também,

e não me sinto lá muito firme nas pernas para fazer isso (risos).

E quanto à importância do Sindicato e de ser sindicalizada?

A importância é de que uma categoria defende melhor seus pontos de vista específicos e genéricos, enquanto trabalhadores, com a ajuda ou através de suas entidades de representação. Os sindicatos são, historicamente, entidades de representação dos trabalhadores. Tem outras, mas os sindicatos são o mais importante e sempre achei isso.

Qual recado sobre a profissão aos jovens estudantes ou recém-formados em jornalismo?

Que procurem compreender o que é ser jornalista e que a natureza da crise que essa profissão está enfrentando não diz respeito só a uma questão tecnológica. A mídia em crise muitas vezes se rende a questões financeiras e muitas vezes se vende. Nos jornalistas, aqui mais, aqui menos, há uma tendência também de busca de holofotes, de excelência ou desempenho no mal sentido, no sentido de corresponder a uma posição do jornal, e essa posição sendo oportunista, o que é que faz? Faz com que o jornalista também se torne um excelente oportunista. Como manter a dignidade jornalística, a importância da investigação da realidade e da comunicação dessas investigações? É difícil isso. No jornalismo, a mídia independente se tornou importantíssima. A existência da internet, dos meios digitais, trouxe a possibilidade de uma mídia com a qual não se contava tempos atrás, e isso também é algo a se levar em conta. Jovens jornalistas precisam pesar tudo isso e procurar também compreender a natureza do que é o trabalho jornalístico, que é investigar a realidade, contar a realidade.

Cartunistas e chargistas nos 80 anos do Sindicato

As charges e os quadrinhos fazem parte da trajetória dos 80 anos do Sindicato dos Jornalistas. Nesta edição, o **Unidade** traz algumas imagens de nosso arquivo que mostram a colaboração e a parceria de grandes profissionais do traço à luta da categoria.

São nomes como do saudoso Henfil, de quem tivemos a honra de publicar charges como a da histórica greve de 1979, e da Laerte Coutinho (que entrevistamos na pág. 11). Para além do humor para tratar de questões sérias, várias das charges criadas há décadas continuam atuais, quase proféticas!



40 anos depois da charge da **Laerte** para a capa do **Unidade**, mídia nacional segue no mesmo dilema.



Zélio ilustra capa de 1976 sobre o fim da inovadora revista "Realidade", por onde passaram sindicalizados como José Hamilton Ribeiro e Audálio Dantas, ex-presidente do Sindicato.



Reprodução da charge do **Henfil** em edição de 1995, originalmente publicada no "O São Paulo", semanário editado pela Arquidiocese de São Paulo, e a colaboração do cartunista para a greve dos jornalistas em 1979.



Nicolielo em 1984: a máquina de escrever foi substituída pelo computador, mas a sobrecarga do jornalista continua a mesma.



Em 1975, **Angeli** ilustra as agruras do telejornalismo que enfrentava "o galã de novela, a censura, o detetive do enlatado, os baixos salários..."



1986: charge do **Bira** destaca importância das regionais do SJSP para ação sindical e mobilização fora da capital paulista. Na época, interior tinha cerca de 1.500 dos 5.300 jornalistas do estado de SP.



Fausto e o Movimento de Fortalecimento do Sindicato (MSF): construção coletiva na edição especial dos 39 anos do SJSP, em abril de 1976.



Essa Briga Collor x Folha é coisa para um bom Analista (de Marketing!)

Paulo Caruso na década de 1990 e seu "humor sem padrão...e sem um tostão" retrata a briga Collor x Folha.